

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Em suas provas, caso haja item(ns) constituído(s) pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética deverão ser considerados como premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para anotações, rascunhos etc.
- Caso, em seu caderno de provas, haja itens que demandem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

### Texto CB2A2AAA

A respeito das ideias veiculadas no texto **CB2A2AAA**, julgue os itens que se seguem.

1 É inegável que o Estado representa um ônus para a  
sociedade, já que, para assegurar o seu funcionamento,  
4 consome riquezas da sociedade. Representa, porém, um mal  
necessário, pois até agora não se conseguiu arquitetar  
mecanismo distinto para catalisar a vida em comunidade.  
7 Então, se do Estado ainda não pode prescindir a civilização,  
cabe-lhe aprimorá-lo, buscando otimizar o seu funcionamento,  
de modo a torná-lo menos oneroso, mais eficiente e eficaz.

10 O bom funcionamento do Estado, que inclui também  
o controle público (Ministério Público, Poder Legislativo e  
tribunais de contas, entre outros), vem sendo alçado à condição  
13 de direito fundamental dos indivíduos. Pressupõe,  
notadamente sob as luzes do princípio constitucional da  
eficiência, os deveres de cuidado e de cooperação.

16 O dever de cuidado é consequência direta do  
postulado da indisponibilidade do interesse público. Em  
decorrência desse postulado, todo agente público tem o dever  
19 de, no cumprimento fiel de suas atribuições, perseguir o  
interesse público manifesto na Constituição Federal e nas leis.  
Conduz, portanto, à ideia de vedação da omissão, já que deixar  
22 de cumprir tais atribuições evidenciaria conduta ilícita.

O dever de cuidado conduz, ainda, a uma ampla  
25 interação entre as estruturas públicas de controle, ou seja, é um  
dever de cooperação, não como faculdade, mas como  
obrigação que, em regra, dispensa formas especiais, como  
previsões normativas específicas, convênios e acordos.

28 Sob essa perspectiva, o controle público do Estado  
deve incorporar à sua cultura institucional o compromisso com  
o direito fundamental ao bom funcionamento do Estado. Nesse  
31 contexto, os deveres de cuidado e de cooperação se impõem a  
todas as estruturas do Estado destinadas a promover o controle  
da máquina estatal.

34 A observância do dever de cuidado e do de  
cooperação — traduzida, portanto, na atuação comprometida  
e concertada das estruturas orientadas para a função de controle  
37 da gestão pública — deve promover, entre os agentes e órgãos  
de controle, comportamentos de responsabilidade e  
responsividade. Por responsabilidade entenda-se o genuíno  
40 compromisso com a integralidade do ordenamento jurídico, o  
que pressupõe, acima de tudo, o reconhecimento de um regime  
de vedação da omissão. Responsividade, por sua vez, traduz o  
43 comportamento orientado a oferecer respostas rápidas e  
proativas, impregnadas de verdadeiro compromisso com a  
ideia-chave de promover o bom funcionamento do Estado.

1 Infere-se do texto que os tribunais de contas agem sob a égide  
do dever de cuidado não apenas ao zelarem pelo interesse  
público expresso nos dispositivos legais, mas também ao se  
obrigarem a atuar em cooperação com as demais estruturas  
públicas de controle.

2 Depreende-se do texto que o não cumprimento do dever de  
cuidado por omissão poderá resultar na aplicação de sanções  
ao servidor público.

3 O sentido original do texto seria preservado caso o período  
“Então, se do Estado (...) eficiente e eficaz” (ℓ. 6 a 8) fosse  
reescrito da seguinte forma: Na busca por otimizar o seu  
funcionamento, o Estado ainda não pode prescindir da  
civilização; então, resta aperfeiçoá-lo, tornando-o menos caro  
e aumentando sua eficiência e eficácia.

4 De acordo com o autor do texto, a ampla interação entre as  
estruturas públicas de controle é obtida quando se dispensa  
atenção especial a determinadas formas de cooperação entre  
órgãos, como previsões normativas específicas, convênios e  
acordos.

5 O termo “responsividade” foi empregado nas linhas 39 e 42  
com o sentido de qualidade de quem responde pelos próprios  
atos, ou pelos de outrem, em situação jurídica passível de  
punição.

6 A tese defendida pelo autor do texto resume-se à ideia expressa  
na seguinte assertiva: o Estado é um peso para toda a  
sociedade, mas, como não se pode prescindir dele, devem-se  
arquitetar mecanismos para que os impostos pagos pela  
sociedade sejam distribuídos em favor dos mais pobres.

Com relação às estruturas linguísticas do texto **CB2A2AAA**, julgue  
os itens a seguir.

7 No trecho “de modo a torná-lo menos oneroso, mais eficiente  
e eficaz” (ℓ.8), detalha-se e explicita-se o que se deve entender  
por “buscando otimizar o seu funcionamento” (ℓ.7).

8 A coerência do texto seria preservada caso os vocábulos  
“comprometida” (ℓ.35) e “concertada” (ℓ.36) fossem  
substituídos, respectivamente, por **responsável** e **reparada**.

9 No terceiro período do texto, as formas pronominais “lo”, em  
suas duas ocorrências — “aprimorá-lo” e “torná-lo” —, e “seu”  
referem-se a “Estado”.

**Texto CB2A2BBB**

Ofício n.º 0064/2016 - TCE/SC

1 O fenômeno da corrupção, em virtude de sua  
complexidade e de seu potencial danoso à sociedade, exige,  
além de uma atuação repressiva, também uma ação preventiva  
4 do Estado. Portanto, é preciso estimular a integridade no  
serviço público, para que seus agentes sempre atuem, de fato,  
em prol do interesse público.

7 Entende-se que a integridade pública representa o  
estado ou condição de um órgão ou entidade pública que está  
“completa, inteira, perfeita, sã”, no sentido de uma atuação  
10 que seja imaculada ou sem desvios, conforme as normas e  
valores públicos.

De acordo com a Organização para Cooperação e  
13 Desenvolvimento Econômico (OCDE), a integridade é mais do  
que a ausência de corrupção, pois envolve aspectos positivos  
que, em última análise, influenciam os resultados da  
16 administração, e não apenas seus processos. Além disso,  
a OCDE compreende um sistema de integridade como um  
conjunto de arranjos institucionais, de gerenciamento, de  
19 controle e de regulamentações que visem à promoção da  
integridade e da transparência e à redução do risco de atitudes  
que violem os princípios éticos.

22 Nesse sentido, a gestão de integridade refere-se às  
atividades empreendidas para estimular e reforçar a integridade  
e também para prevenir a corrupção e outros desvios dentro de  
25 determinada organização.

Internet: <www.cgu.gov.br> (com adaptações).

Julgue os próximos itens, relativos a aspectos linguísticos e às  
ideias do texto **CB2A2BBB**.

- 10 A coerência e a coesão do texto seriam mantidas caso o  
seguinte trecho fosse incluso como continuação do segundo  
parágrafo: Assim sendo, a integridade pública pode ser  
compreendida como uma virtude ou qualidade dos agentes que  
atuam, em uma determinada organização, de maneira proba,  
em favor do interesse público e em conformidade com os  
princípios, normas ou valores que norteiam a administração  
pública.
- 11 Nesse texto, de natureza informativo-argumentativa, busca-se  
convencer o leitor de que a integridade, como qualidade de  
órgãos e entidades públicas, contribui para que os agentes do  
serviço público atuem prevenindo a corrupção e em prol do  
interesse público.

Ainda com relação a aspectos linguísticos do texto **CB2A2BBB**,  
julgue os itens subsequentes.

- 12 A coesão e a correção gramatical do trecho “e à redução do  
risco de atitudes que violem os princípios éticos” (l. 20 e 21)  
seriam mantidas caso a forma verbal “violem” fosse flexionada  
no singular, passando, então, a concordância a restringir-se ao  
termo “risco”.
- 13 O trecho “e também” (l.24) poderia ser corretamente isolado  
por vírgulas, recurso que lhe conferiria ênfase.
- 14 O sujeito da oração iniciada por “Entende-se” (l.7)  
é indeterminado.

Florianópolis, 25 de janeiro de 2016.

XXXXXX

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Palácio Barriga Verde – R. Dr. Jorge Luz Fontes, 310 – Centro

88020-900 – Florianópolis – SC

Assunto: Encaminhamento de documento – Ofício n.º 242/2016-GP

XXXXXXXX,

Em resposta ao Ofício n.º 242/2016-GP, encaminhado, anexa, cópia  
do Parecer n.º 01/2016 da DCE – TCE/SC acerca das inspeções  
realizadas em hospitais da rede pública estadual, no ano de 2015.

Respeitosamente,

[Assinatura]

[identificação do signatário]

Tendo como referência a comunicação hipotética apresentada,  
julgue os itens a seguir à luz das normas do **Manual de Redação  
da Presidência da República** (MRPR).

- 15 Na identificação do signatário da referida comunicação, devem  
constar, abaixo do local da assinatura, o nome e o cargo da  
autoridade que expede a mensagem.
- 16 O expediente em análise não está adequado quanto à finalidade  
e à estrutura do padrão do ofício, visto que não contém  
parágrafos de desenvolvimento devidamente numerados nem  
comentários do signatário da comunicação a respeito do  
documento encaminhado.
- 17 O expediente em apreço consiste em uma forma de  
comunicação eminentemente interna.
- 18 No documento apresentado, foram atendidas as normas do  
padrão ofício estabelecidas pelo MRPR relativas à posição da  
data e do local.

**Text CB3A1AAA**

1 Like humans, computers can team up with their peers  
to achieve results that none of them could obtain alone; unlike  
humans, they can do many activities at once, and do all of them  
4 well. In spite of that, passé debates on this issue have implicitly  
assumed that computation is mostly *sequential* — proceeds  
along a single thread of control. Software developers should  
7 now realize that this assumption no longer holds, as we move  
to *concurrent* (also known as *parallel*) computation.

Concurrency is not a new subject, but for a long time  
10 interest in it remained confined to four application areas:  
operating systems, networking, implementation of database  
management systems, and high-speed scientific software.  
13 Although strategic and prestigious, these tasks involve only a  
small subset of the software development community. Things  
have changed. Concurrency is quickly becoming a required  
16 component of just about every type of application, including  
some that had traditionally been thought of as fundamentally  
sequential in nature.

19 This advancement gives particular urgency to the  
study and review of various forms of concurrency; the  
evolution of Computer Science requires software developers to  
22 make concurrency part of their mindset. And it is not simply  
the traditional concepts of multiprocessing and  
multiprogramming, the past few years have introduced  
25 state-of-the-art technologies, such as remote execution through  
the Net.

Bertrand Meyer. *Concurrency, distribution, client-server and  
the Internet*. In: *Object-oriented software construction*. 2<sup>th</sup> ed.  
New Jersey: Prentice Hall PTR, 2009, p. 951-3 (adapted).

Judge the following items according to the text **CB3A1AAA**.

- 19 Even some applications once seen as sequential are now  
demanding concurrent computation.
- 20 Software construction professionals must be acquainted with  
concurrency quickly.
- 21 In spite of being a longstanding matter, concurrent computation  
has been used just by professionals who implement database  
management systems.
- 22 The author of the text claims that concurrent computation is an  
outdated issue.

In the text **CB3A1AAA**,

- 23 the verb “realize” (l.7) can be replaced by **accomplish** without  
any change in the meaning of the sentence.
- 24 “state-of-the-art technologies” (l.25) are advanced  
technologies, developed with an artistic touch.

Com relação aos conceitos e aplicações dos controles em geral no  
âmbito da administração pública, julgue os itens a seguir. Nesse  
sentido, considere que as siglas CF, CE/SC, TCU e TCE/SC,  
sempre que empregadas, se referem, respectivamente, a  
Constituição Federal de 1988, Constituição do Estado de Santa  
Catarina, Tribunal de Contas da União e Tribunal de Contas do  
Estado de Santa Catarina.

- 25 O controle administrativo se materializa no poder de  
fiscalização e correção que a administração pública exerce  
sobre a sua própria atuação. Essa modalidade de controle  
coexiste com o controle externo, da esfera do Poder  
Legislativo, e o judicial. No caso da administração indireta, é  
usual mencionar-se o termo tutela, uma vez que não há relação  
de subordinação, mas, sim, de vinculação.
- 26 Para fins de controle do cumprimento da meta de superávit  
primário, deve-se verificar, ao final de cada bimestre, se a  
receita arrecadada é compatível com as estimativas e com a  
programação do exercício, sob pena de contingenciamento de  
dotações orçamentárias.
- 27 A CE/SC, reproduzindo o conteúdo da CF, conferiu à  
fiscalização contábil, orçamentária e financeira caráter  
abrangente, transcendendo os aspectos de legalidade, sem se  
restringir à realização da despesa, e tratando do bom uso dos  
recursos.
- 28 Ao TCE/SC, como órgão auxiliar de controle da Assembleia  
Legislativa de Santa Catarina, incumbe apreciar as contas  
prestadas anualmente pelo governador, as quais incluem as dos  
demais poderes, além das do Ministério Público e da  
Defensoria Pública, mas não as contas do próprio TCE/SC, que  
devem ser encaminhadas diretamente à Assembleia Legislativa.

Com base nas Leis Orgânicas do TCU e do TCE/SC e na legislação  
aplicável aos tribunais de contas, julgue os itens seguintes.

- 29 Cabe ao TCE/SC o julgamento das contas dos administradores  
e demais responsáveis por sociedades instituídas e mantidas  
pelo poder público, assim consideradas aquelas em que o  
poder público detém a maioria das ações ou quotas de capital.
- 30 Em caso de consulta formulada ao TCU, por autoridade  
competente, acerca da interpretação de disposições  
regulamentares em matéria de sua competência, a resposta  
constituirá prejulgamento, aplicando-se à situação concreta  
objeto da consulta que eventualmente venha a fazer parte das  
contas da referida autoridade, quando do respectivo  
julgamento.

Com relação aos conceitos gerais de auditoria e aos papéis  
utilizados na sua execução, julgue os itens seguintes.

- 31 A abrangência da auditoria de gestão pública transcende o  
conceito tradicional, pois, entre outros aspectos, não se  
restringe à mera verificação *a posteriori*, nem às questões de  
caráter estritamente legal; está voltada para a economicidade,  
a eficiência, a eficácia e a efetividade da aplicação dos  
recursos públicos.
- 32 Embora as técnicas de trabalho das auditorias interna e externa  
não apresentem diferenças fundamentais, a auditoria interna  
goza de maior credibilidade perante os usuários do campo  
externo da empresa, por conhecer melhor a situação desta e por  
dispor de informações mais detalhadas. Em compensação,  
a auditoria externa está mais habilitada a perceber as  
ineficiências de ordem administrativa e operacional.
- 33 Como regra geral, os papéis de trabalho são de propriedade  
exclusiva do auditor. A seu critério, partes ou excertos desses  
papéis podem ser postos à disposição do auditado, que deve  
autorizar formalmente, salvo em situações legais específicas,  
a sua entrega a terceiros.

34 Os lançamentos propostos pelo auditor devem constar de seus papéis de trabalho, de modo que, por exemplo, se o auditado efetuar pagamentos antecipados a fornecedores, debitando fornecedores, o auditor deverá propor um lançamento de ajuste, a débito de fornecedores e a crédito de adiantamentos a fornecedores, para efeito de apresentação apropriada das demonstrações contábeis.

Com base nas normas de auditoria do TCE/SC e no **Manual de Procedimentos de Auditoria de Regularidade**, julgue os itens a seguir.

35 Se, durante a realização dos trabalhos de auditoria, forem encontrados indícios de achados de que possam resultar irregularidades, o auditor não deverá revelá-los nem solicitar informações, principalmente se a desconformidade for contínua, para evitar que eventuais erros sejam corrigidos e provas, eliminadas. A comunicação só deverá ser feita ao final dos trabalhos.

36 A principal finalidade do manual de auditoria de regularidade em um tribunal de contas é dar ciência aos órgãos e entidades sujeitos à fiscalização desse tribunal acerca do conteúdo e da forma dos exames destinados à emissão dos relatórios e pareceres sobre as contas dessas entidades e órgãos.

A partir do disposto na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue os itens seguintes.

37 Decretada a intervenção estadual em município localizado em seu território, em virtude de não pagamento imotivado da dívida fundada, da não prestação de contas devida ou da não aplicação do mínimo exigido na manutenção e no desenvolvimento do ensino e nas ações e nos serviços públicos de saúde, ficará o tribunal de contas respectivo impossibilitado de apreciar essas questões nos processos de sua competência enquanto perdurar a execução da medida, salvo se o decreto de intervenção estabelecer o contrário.

38 Como instituição essencial à função jurisdicional do Estado, a Defensoria Pública incumbe-se da orientação jurídica e da defesa dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, em todas as esferas judiciais, cabendo-lhe atuar extrajudicialmente, em processos administrativos, apenas de maneira subsidiária, quando não existir, na respectiva localidade, serviço jurídico público ou privado de atendimento gratuito à população.

39 Lei ordinária não pode tratar de matéria reservada ao chamado decreto autônomo, de competência do chefe do Poder Executivo, sob pena de ser considerada inválida.

40 A imunidade a que tem direito o parlamentar não lhe possibilita sustar processo de fiscalização eventualmente instaurado contra ele em tribunal de contas.

41 Mesmo quando envolverem recursos de origem pública, as operações financeiras realizadas por bancos públicos mediante a concessão de empréstimo a particulares encontram-se protegidas pela cláusula do sigilo bancário, e sua fiscalização pelo tribunal de contas competente dependerá de prévia autorização judicial que inclua o acesso aos respectivos registros.

42 A CF classifica-se como Constituição semirrígida, uma vez que, para efeitos de reforma, as normas materialmente constitucionais são consideradas rígidas e as normas apenas formalmente constitucionais são consideradas flexíveis.

43 Conforme a CF, embora os tribunais de contas não tenham caráter judicial, devem ser observados em seus processos tanto o contraditório quanto a ampla defesa.

O Tribunal de Contas de determinado estado da Federação, ao analisar as contas prestadas anualmente pelo governador do estado, verificou que empresa de publicidade foi contratada, mediante inexigibilidade de licitação, para divulgar ações do governo. Na campanha publicitária promovida pela empresa contratada, constavam nomes, símbolos e imagens que promoviam a figura do governador, que, em razão destes fatos, foi intimado por Whatsapp para apresentar defesa. Na data de visualização da intimação, a referida autoridade encaminhou resposta, via Whatsapp, declarando-se ciente. Ao final do procedimento, o Tribunal de Contas não acolheu a defesa do governador e julgou irregular a prestação de contas.

A partir da situação hipotética apresentada, julgue os itens a seguir.

44 É nula a intimação do governador, por ser obrigatório que seja feita por ciência no processo, via telegrama ou por via postal com aviso de recebimento.

45 O governador não praticou ato ilícito ao contratar diretamente a referida empresa, pois a prestação de serviços publicitários é hipótese de inexigibilidade de licitação, estando incorreto o julgamento do tribunal.

46 Dado o teor da campanha publicitária, é correto inferir que, na situação, se configurou ofensa aos princípios da impessoalidade e da moralidade.

47 O julgamento proferido pelo Tribunal de Contas é nulo, por incompetência.

Com base na doutrina e nas normas de direito administrativo, julgue os itens que se seguem.

48 A concessionária de serviço público responde objetivamente pelos prejuízos causados aos usuários ou terceiros e subjetivamente pelos prejuízos causados ao poder concedente.

49 **Situação hipotética:** Diante da ausência de Maria, servidora pública ocupante de cargo de nível superior, João, servidor público ocupante de cargo de nível médio, recém-formado em Economia, elaborou determinado expediente de competência exclusiva do cargo de nível superior ocupado por Maria. **Assertiva:** Nessa situação, o servidor agiu com abuso de poder na modalidade excesso de poder.

50 **Situação hipotética:** Dez anos após a data em que deveria ter ocorrido o primeiro pagamento de vantagem pecuniária a que José fazia jus, ele apresentou requerimento administrativo ao chefe do setor de recursos humanos solicitando o pagamento de tal vantagem. O pedido foi indeferido sob o fundamento de ocorrência da prescrição. José, então, apresentou recurso. **Assertiva:** Nesse caso, o chefe do setor de recursos humanos tem o prazo de cinco dias para reconsiderar a decisão; caso não o faça, deverá encaminhar o recurso ao seu superior hierárquico.